

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.

Amanda Eloi de Souza Alves ¹
Gécica Coelho do Nascimento Oliveira ²

RESUMO

O presente artigo apresenta o intuito de refletir a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertado aos alunos com surdez ressaltando os principais desafios no processo de inclusão a partir de fundamentos teóricos e legais para análise de inclusão histórica da educação especial, particularmente dos surdos. Dessa forma, discutimos a proposta do AEE, repensando seus espaços e considerando também as propostas de inclusão e aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem para essa necessidade. Para dar cumprimento a esta pesquisa, tivemos como fundamento o estudo bibliográfico de natureza qualitativa, em que exploramos variados autores como Gesser (2009), Mantoan (2003), Damázio (2007), Quadros (2006), bem como artigos científicos e regulamentos que abordam o tema, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), a Lei da Acessibilidade (nº 10.098/2000), a Lei de Libras (nº 10.436/2002) e o Decreto 5.626/2005. Baseando-se nas políticas da educação especial, para alcançar o alvo deste estudo, que é investigar as contribuições do AEE na inclusão do aluno surdo, daremos importância as leis que permeiam o amparo as pessoas com diferenças. Portanto, a elaboração da pesquisa auxiliará na investigação de como ocorre o atendimento aos surdos na perspectiva da educação inclusiva.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Surdez, Inclusão, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Trilhando um caminho de luta por seus direitos, por volta de 1970, as pessoas com deficiência foram ganhando reconhecimento através dos movimentos políticos. Esses direitos foram formalizados a partir da consideração do governo com a criação das primeiras organizações, instituições e órgãos formativos. Nesse contexto, é essencial discutir a educação dos surdos haja vista que é necessário dar clareza a essa perspectiva cultural para que a inclusão aconteça no ritmo esperado. Outrossim, faz-se urgente a implementação de medidas que supram as necessidades educacionais apresentadas por esse grupo comum.

As melhorias na educação dos alunos com deficiência são diversas, nas quais podemos evidenciar a transformação na estrutura escolar para acolher esses estudantes, a admissão de

¹ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Regional do Cariri - URCA, amandaeloi45@gmail.com;

² Especialista em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, pela faculdade União Cultural do Estado de São Paulo – UCESP. Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri - URCA, gecast@yahoo.com.br.

professores qualificados que atenda as especificidades, a aquisição de material didático que garanta a aprendizagem, entre outras.

Ao destacar os educandos surdos percebemos que há muitos avanços e conquistas significativas. Dentre elas, os movimentos que alteraram a percepção a surdez, – esta era definida como deficiência e passou a ser caracterizada como diferença – a oficialização da Libras pela Lei Federal 10.436, que a reconheceu como língua usual da comunidade surda em abril de 2002; a aprovação da Lei da Acessibilidade, que confere a formação de intérpretes, tornando viável a aprendizagem. Ademais, outros direitos foram concedidos a partir do Decreto Federal 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o ensino da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda.

Contudo, ainda há muitos impasses no atendimento a essa comunidade, dentre eles destaca-se a inclusão desse conjunto de alunos, pois para que haja direito a aprendizagem é necessário o reconhecimento das diversas culturas e a oferta de um atendimento complementar que assegure o ensino.

Sendo assim, na tentativa de ofertar um trabalho pedagógico efetivo que complemente o ensino regular, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a proposta de garantir a inserção do aluno surdo, diminuindo os obstáculos e amenizando a exclusão. Entretanto, a carência de recursos que contribuam nesse atendimento e falta de professores qualificados tem como consequência a aquisição do conhecimento desagregado, pelo fato de o ouvinte estar em vantagem. Por isso, é válido salientar que a instrução da Libras torna-se necessário a toda a comunidade escolar bem como a sociedade, a fim de difundir, conhecer e facilitar a comunicação entre os diversos grupos.

Para Gesser (2007) a Língua de Sinais é de suma importância para a cultura surda, por ser adquirida de forma natural e representar um estímulo a interação, ou seja, a disposição a comunicação é inerente do ser humano essencialmente no desenvolvimento da educação, embora tenham culturas diferentes e maneiras distintas de se expressar.

Portanto, o questionamento essencial que pretendemos responder é: Quais as contribuições do AEE além da garantia dos direitos constitucionais? O atendimento educacional especializado pode diminuir as entraves da inclusão dos alunos surdos? Assim, infere-se que a garantia da inserção do conjunto de alunos com deficiência é um desafio para o regente do atendimento e para os professores do ensino regular, tendo em vista que para que haja a promoção do conhecimento é indispensável o acesso a Língua Brasileira de Sinais e seu uso como primeira língua para os surdos.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo baseia-se em investigar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo de inclusão do aluno surdo. E tendo como objetivos específicos: Analisar os principais desafios no processo de inclusão dos alunos com surdez; identificar as metodologias utilizadas na sala de recursos para o atendimento do aluno surdo; Refletir sobre o contexto histórico da educação especial e sua evolução.

Para dar suporte a pesquisa fizemos o uso de método bibliográfico, em que o aporte teórico utilizado abarca pesquisadores como Quadros (2006), Damázio (2007), Gesser (2009), Mantoan (2003), além da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), a Lei de Libras (nº 10.436/2002), a Lei da Acessibilidade (nº 10.098/2000), o Decreto 5.626/2005 e artigos relacionados com a temática. Sendo assim, é de suma importância desenvolver pesquisas que trabalham a problemática da educação para surdos, e que avaliem os progressos e declínios.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza qualitativa e possui a finalidade exploratória, fundamentando-se no estudo bibliográfico. A pesquisa qualitativa, seguindo a linha de raciocínio de Minayo (1992) está centrada em quesitos muito específicos, que ocupa-se com um conjunto de sentidos, razões, resoluções e posicionamentos que se referem de forma intrínseca as ligações entre os fenômenos. Logo, selecionamos questões que são debatidas frequentemente no Brasil ligadas a educação especial destinada aos surdos.

Segundo Alves (2007):

A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas de fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômeno que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.

Cabe assinalar que os textos serão fontes dos tópicos desenvolvidos na pesquisa. Dessa forma, realizou-se a busca por obras que abrangem a temática da educação inclusiva e a perspectiva do AEE, exploramos autores como Gesser (2009), Mantoan (2003), Quadros (2006), Damázio (2007). Adotamos também artigos científicos e regulamentos que expressam o tema do estudo, dentre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9393/96),

a Lei de Libras (nº 10.436/2002), a Lei da Acessibilidade (nº 10.098/2000) e o Decreto 5626/2005.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Breve histórico da Educação Especial e o processo de inclusão

A educação especial atende alunos conforme a necessidade individual apresenta diversas transformações. Inaugurada no Brasil a partir do século XIX, a mesma é definida pela lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no art. 58, nestes termos:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996, Art.58).

Entretanto, essa categoria de educação foi sendo alterada e resultou no atendimento como complemento oferecido aos alunos com deficiência e não um meio de substituir a escolarização regular. Com isso podemos afirmar que mesmo integrando os surdos na educação regular a inclusão ocorre apenas de maneira superficial pois ainda se faz presente na educação brasileira um modelo pedagógico engessado de oralização que prejudica a aprendizagem. Desse modo, é relevante refletir a abertura a possibilidade de inserção dos educandos com surdez.

Conforme afirma Mantoan:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MANTOAN, 2007).

Cabe ressaltar que para que a inclusão se efetive é imprescindível repensar as políticas educacionais e observar se estão levando em conta as diferenças. Em virtude disso, um olhar para novas ações depende de uma restauração nos espaços do atual modelo de educação para que acolha as diversas culturas aceitando a identidade presente em cada uma. A demanda inclusiva implica que as escolas reconheçam os problemas e que tomem um posicionamento,

percebendo que é indispensável se adaptar ao aluno para que haja alterações no padrão educacional.

Transformar as circunstâncias da inclusão dos surdos requer um aprimoramento do planejamento pedagógico escolar, inculcando nesse contexto práticas concretas que auxiliarão todas as necessidades. Além disso, é fundamental que os professores tenham um olhar atento para a turma e suas particularidades, a fim de alcançar a igualdade de ensino e superar a exclusão.

Para Quadros:

O Movimento Surdo, no mundo, proporcionou uma organização política que avança no sentido de superar a marginalização, trazendo esse sujeito para os espaços que o enxerguem como um cidadão. É uma organização que atua a partir de estratégias que buscam romper estereótipos que ameacem a sua acessibilidade e uma gama de direitos adquiridos, principalmente, a uma educação de qualidade. (QUADROS, 2006).

Apesar de muitos direitos alcançados, faz-se necessário que mudanças fundamentais ocorram habitualmente. O que acontece é que mesmo que os surdos estejam em sala, são tratados com indiferença pela falta de recursos que o acolham efetivamente. Para que a inclusão ocorra é preciso priorizar a Língua Brasileira de Sinais e não negligenciar a formação de intérpretes e professores para atuar e contribuir com processo de ensino-aprendizagem, abrindo-se, dessa forma, a novas perspectivas de integração.

Inserindo a Libras em sala os alunos se sentirão parte da escola, isso facilitará o rompimento com a discriminação e irá incentivar a valorização de cada particularidade, no intuito de promover o progresso do ser humano. O ouvinte tem a concepção de que a surdez é um problema (Gesser, 2009). Ou seja, os ouvintes ainda têm dificuldade em aceitar o que faz parte da identidade da cultura surda. Somente quebrando esses estereótipos a surdez será normalizada e ganhará reconhecimento.

Por conseguinte, verificamos que enquanto houver resistência a língua de sinais, os surdos serão privados de seus direitos, especialmente de uma educação de qualidade. Para que a inclusão torne-se realidade é preciso alterar o padrão da sociedade e das escolas a fim de que estes se tornem ambientes inclusivos.

É primordial a preocupação dos professores para que os alunos superem os obstáculos e tenham um bom aprendizado através de iniciativas que contribuam no desenvolvimento geral dos seres. Conseqüentemente, esse conjunto de alunos necessita de uma educação especializada.

2. O Atendimento Educacional Especializado

É crucial mobilizar a comunidade escolar a fim de garantir a todos melhor qualidade de ensino, para que o aluno surdo não se desvincule da instituição, e ampliação do atendimento. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica o atendimento tem o seguinte papel:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

Dessa maneira, a oferta desse atendimento significa um imenso avanço na conquista de uma educação sem exclusão e possibilita a garantia de um ambiente de estudo vantajoso a toda a comunidade escolar, permitindo também um maior desenvolvimento das capacidades individuais e a aprendizagem plena.

Faz-se indispensável que o profissional da educação especial busque contribuir com métodos diversos que fomentem nos alunos surdos a liberdade de participação nas aulas e a evolução da socialização, da cognição e da comunicação. Com essas práticas é possível alterar a estrutura educacional pautada no oralismo, que é ensinar através da língua falada, e na segregação – intervindo no uso dos direitos dos membros da comunidade surda. Diante disso, o regente deve somar em um atendimento complementar.

Conforme ressalta Damázio (2007, p.32): “Este atendimento constitui um dos momentos didático-pedagógicos para os alunos com surdez incluídos na escola comum. O atendimento ocorre diariamente, em horário contrário ao das aulas, na sala de aula comum”. Esse trabalho pedagógico complementa a educação pretendendo conquistar a autenticidade do aluno no espaço escolar e em sua vida e também construir um ambiente conveniente de aprendizagem.

Damázio afirma que:

Na escola comum, é ideal que haja professores que realizem esse atendimento, sendo que os mesmos precisam ser formados para ser professor e ter pleno domínio da Língua de Sinais. O Professor em Língua de Sinais, ministra aula utilizando a Língua de Sinais nas diferentes modalidades,

etapas e níveis de ensino como meio de comunicação e interlocução (DAMÁZIO, 2007).

Nessa perspectiva, observamos que é urgente a tomada de novas medidas pedagógicas para aplicar em sala de aula, especialmente que contemplem o uso da Libras para garantir o ensino direcionado ao aluno com deficiência auditiva. Para que o desenvolvimento destes não seja prejudicado o AEE deve apoiar, através de recursos, o professor da sala regular para que haja uma melhor assistência aos alunos. Eliminando os obstáculos a educação inclusiva deixará de ser uma utopia.

Diante do exposto, podemos inferir que o AEE é pertinente por desempenhar o papel de acompanhar, no horário contrário ao da sala regular, os alunos com deficiência. No caso do aluno surdo, o dirigente procura diminuir os obstáculos na aprendizagem. Por mais que o atendimento assegure o fornecimento desse apoio pedagógico ainda são presentes algumas fragilidades em sua prática.

A escassez de profissionais para atuar na sala de recursos é um dos desafios encontrados na implementação do atendimento, tendo em vista a relevância da formação para trabalhar com surdos. Isso revela que o sistema educacional não está priorizando as necessidades dos alunos com surdez, é evidente que falta um compromisso com os direitos dos surdos. Também é necessário a oferta do intérprete para que o aluno interaja e compreenda a aula, lamentavelmente muitas escolas não atendem essa essencialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No itinerário da nossa pesquisa, buscamos abranger como ocorre o Atendimento Educacional Especializado e mostrar sua relevância para que o aluno com surdez tenha uma educação significativa e refletir sua influência nesse processo, repensando suas contribuições para a inclusão escolar e destacando algumas fragilidades.

Para isso levantamos alguns questionamentos sobre a temática tendo como fundamento o posicionamento de alguns autores e certificamos que o AEE é essencial no processo de acompanhamento e de proporcionar uma melhor educação para os surdos. Portanto, atualmente os ouvintes ainda pensam no surdo como alguém inferior ou diferente, o que nos leva a questionar o fato de os ouvintes ainda não romperam com o preconceito.

A garantia de um processo de alteridade e aceitação desses mundos requer que ambos estejam abertos ao diálogo e não sejam uma ameaça para o outro. Defendendo a política das

diferenças, quebrando as resistências e não mais negligenciando o conhecimento da língua de sinais, o preconceito será possível de ser anulado.

Os surdos tiverem uma luta árdua, no Brasil os regulamentos evidenciam os grandes avanços principalmente na pauta de promover a acessibilidade. Visto que de acordo com a Lei da Acessibilidade: “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.” (BRASIL, 2000). Assim, nada pode dificultar o acesso a informação, independentemente da limitação, a todos é garantido a comunicação.

Porém, propor leis é insuficiente para assegurar um ensino adequado, enquanto não houver frequentes debates sobre a problemática da educação dos surdos e a inclusão os conceitos acerca das diferenças não serão reorganizados. Apesar disso, não podemos atribuir a culpa ao atendimento, pois este tem um vasto público-alvo com o objetivo de proporcionar a inclusão a todos os alunos com deficiência, seja física, mental ou sensorial. É no AEE que:

O aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançar o conhecimento acadêmico. Aqui, ele não depende de uma avaliação externa, calcada na evolução do conhecimento acadêmico, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas diante do desafio da construção do conhecimento. (BRASIL, 2007).

Avaliar e reconhecer as dificuldades não pode resultar em privação da interação, e sim estimular que o aluno esteja ciente dos frutos gerados pelo saber. Com vistas ao conhecimento, a diversidade presente na educação especial é um impasse para o regente do atendimento, que deve promover o desenvolvimento do aluno com base nas particularidades do contexto que está introduzido através da articulação com o professor da sala comum, já que apresentam realidades diversas. Como assegura a LDB: “Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.” (BRASIL, 1996, p.21).

Todavia, ações inovadoras devem nortear essa educação visando a aprendizagem plena e permanência dos alunos com deficiência na escola. Mesmo inserindo nas instituições de ensino é preciso propor a interação social para que eles sejam integrados também fora da escola.

Logo, as razões que impedem que as instituições escolares sejam livres de preconceito serão amenizadas na finalidade de capacitar toda comunidade escolar através da formação de pessoas que conseguem viver sem discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com pesquisas realizadas confirmam a necessidade de ampliar a compreensão da temática, visto que são muitos os impasses a serem amenizados no desenvolvimento da educação dos surdos, tornando o processo de inclusão desafiador. A inclusão tem sido alvo de discussões no âmbito escolar com o objetivo de repensar seus conceitos, pois vai além de adaptações estruturais, é elementar oferecer uma assistência.

Assim, também percebemos a importância do Atendimento Educacional Especializado na inclusão do aluno surdo, pois ele contribui bastante para a aprendizagem e evolução destes em sala e na sociedade. Salientamos a pertinência do trabalho conjunto do professor da sala regular com o regente do AEE para favorecer a educação, através da elaboração de métodos e estratégias práticas, que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

Perante os fatos mencionados, inferimos que se a escola não tiver vínculo com a educação especial a inclusão será inviável e isso reflete uma falta de melhor preparo e bom planejamento pedagógico. Ainda que os professores e diretores desejem trabalhar com o aluno deficiente auditivo o desenvolvimento dessa educação precisa precisam de mudanças básicas no meio físico e cognitivo dos seres.

Por fim, se os alunos surdos que necessitam de atendimento especializado não estiverem inseridos no meio escolar, entende-se portanto que, a carência de estratégias inovadoras e a falta de profissionais qualificados estimulam a desistência dos estudantes que dependem desse amparo e incentivo. Dessa maneira, é fundamental a produção de trabalhos que desenvolvam nos pesquisadores motivação para promover alteração nas estruturas do processo de educação, investindo na propagação e métodos que possibilitem um ensino igualitário.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografia:** passo a passo. Rio de Janeiro. Elsevier, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília:2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o art.18 da Lei nº 10.098/2000. Brasília: 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei da Acessibilidade:** nº 10.098. Brasília: 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais:** nº 10.436. Brasília: 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9393/96. Brasília: 1996.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado:** pessoa com surdez. Brasília (DF): SEESP/ SEED/ MEC, 2007.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1992.